

HÁBITOS ALIMENTARES NO ACAMPAMENTO VALDIR MACEDO (JANDAÍRA/BA)

Olívio José da Silva Filho¹

¹ Universidade Estadual de Goiás, Campus Caldas Novas, Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia

Resumo: No mundo contemporâneo os hábitos alimentares vêm se modificando assim como as estruturas fundiárias. O artigo propõe observar, registrar e descrever os hábitos alimentares do Acampamento Valdir Macedo. A revisão da literatura, a observação participante e as entrevistas informais e semiestruturadas foram os procedimentos adotados para a coleta de informações. Seus hábitos alimentares estão intimamente ligados ao local onde vivem, a natureza, as dificuldades de ser acampado e as tradições da culinária regional. A reforma agrária é uma proposta de solução sustentável para garantir a segurança alimentar e a autonomia dos acampados.

Palavras-chave: hábitos alimentares; segurança alimentar; acampamento rural.

1. Introdução

A sociedade contemporânea é marcada pela contradição. A fome, a falta do acesso a alimentação adequada e a desigualdade se encontram presentes no contexto de recortes de produção de alimentos, desenvolvimento tecnológico e desperdícios do mundo globalizado (HOFFMANN, 1995).

A alimentação em sua ampla visão não se resume aos seus aspectos biológicos e fisiológicos, ela faz parte de um contexto em que o indivíduo encontra, sua cultura e seus costumes. O aspecto econômico e político acerca do acesso a alimentação adequada nem sempre são éticos e igualitários, por isso a necessidade da implementação de políticas públicas de segurança alimentar.

Apesar da grande produção mundial de alimentos, com a aceleração da globalização econômica e o avanço do neoliberalismo, a Revolução Verde ocasionou grandes problemas estruturais no campo e também uma grande mudança nos hábitos alimentares, intensificando o consumo de alimentos industrializados, homogeneizando os sistemas agroalimentares que ocasionou a padronização da alimentação e o distanciando do produtor e do consumidor final. (BARROS 2010).

Nesse contexto, diversos movimentos sociais e organizações internacionais que contestam esse modelo começaram a se organizar e a debater os efeitos desse sistema e a buscar alternativas para a construção de modelos mais sustentáveis, com o compromisso com a segurança e soberania alimentar e de acesso à terra por entenderem estes princípios enquanto um direito a ser adquirido e uma obrigação do Estado.

Os acampamentos rurais são a principal forma de enfrentamento do modelo vigente de se produzir, são além de uma forma de ocupação de uma área, um estilo de vida particular que foi gerado a partir dessa contradição, marcada pelas dificuldades de se enquadrar na realidade do mundo capitalista, a luta dos acampamentos rurais não é só por reforma agrária, mas por todos os direitos básicos e por cidadania (SIGAUD, ROSA, MACEDO, 2008). O Acampamento Valdir Macedo é reflexo dessa contradição e é a partir de sua ótica que se dará a análise acerca de seus hábitos alimentares.

2. Metodologia

O presente estudo propõe observar, registrar e descrever as características dos hábitos alimentares dos acampados no Acampamento Valdir Macedo, investigando o seu cotidiano e sua realidade para entender suas motivações, seus desejados e costumes em relação à alimentação. O estudo dos hábitos alimentares visa entender os processos do cotidiano buscando padrões de consumo e alimentação gerais nas famílias acampadas (MURRIETA, 1998).

A revisão da literatura de diversos autores da antropologia, nutrição, ciências sociais, economia e desenvolvimento rural foi utilizada por entender que o objeto de estudo é complexo e dinâmico, sendo necessária a articulação de conceitos científicos junto com o conhecimento dos próprios acampados.

A pesquisa de abordagem qualitativa é voltada para o específico, o peculiar, busca compreender os processos e explicar os fenômenos, garantindo o aprofundamento na compreensão de um grupo social. Essa abordagem foi utilizada na pesquisa para aprofundar o entendimento dos fenômenos, por ser uma pesquisa descritiva, as experiências vividas pelo pesquisador na coleta de dados é muito relevante, considerando o processo em si e não somente os resultados (GERHARDT, 2009)

A pesquisa de campo foi realizada no Acampamento Valdir Macedo entre os dias 02 e 15 de janeiro de 2017, onde o pesquisador a partir da observação participante integrou-se em todas as atividades e no cotidiano de todo acampamento, em uma imersão total durante toda a vivência, que foi amplamente relatada em seu diário de campo. Dentre as famílias do acampamento, foram realizadas entrevistas informais e semiestruturadas com 12 famílias que também garantiram a alimentação do pesquisador durante toda a pesquisa de campo. As entrevistas informais e semiestruturadas tiveram o intuito de legitimar e entender seus hábitos das famílias de forma mais ampla possível.

3. Hábitos Alimentares

3.1. Aspectos conceituais

Pode-se definir *habito alimentar*, no sentido do vocábulo, em latim *habitus*, como constante, predisposição, inclinação, tendência, disposição duradoura (FREITAS; PENA; FONTES; SILVA, 2011). Ramos e Stein (2000, p. 229-237) definem a palavra “hábito” como: “ato, uso, costume ou padrão de reação adquirido por frequente repetição de uma atividade”. Segundo Moreira e Costa (2013), o hábito concerne na disposição duradoura adquirida pela repetição contínua de um ato, uso ou costume.

Kotait, Barillari e Conti (2010, p. 61) utilizam uma definição mais ampla sobre os hábitos alimentares: “é a forma de seleção, consumo e utilização dos alimentos disponíveis, incluindo o sistema de produção, armazenamento, elaboração, distribuição e consumo”

Por isso, hábito alimentar é o que se costuma comer com determinada frequência, por isso, pode-se afirmar que os hábitos alimentares são os alimentos e o tipo de alimentação que se consome no dia a dia (MOREIRA; COSTA, 2013).

O hábito alimentar contém saberes e práticas culinárias e sofre influência da indústria de alimentos, que se associa aos valores culturais que pertencem ao mundo cotidiano e dele não se liberta. Como um processo permanente, a disposição em alimentar-se habilita a existência humana como uma incorporação de informações derivadas das experiências e reproduzidas nas interações da vida (FREITAS et al., 2011, p. 38).

“Hábito é diferente de preferência, uma vez que, em geral, as pessoas não consomem rotineiramente aquilo que preferem ou de que mais gostam” (MOREIRA; COSTA 2013, p. 35). Por isso, entende-se que fatores além da própria preferência determinam os hábitos alimentares, como o financeiro, a cultural, a religião e o território onde o indivíduo está inserido. Segundo os autores Freitas et al. (2011), o hábito alimentar é a percepção que se têm sobre a comida e a escolha de alimentos no contexto social em que se vive.

3.2. Mudanças após a Revolução Verde

A Revolução Verde foi um modelo adotado a partir da década de 1960 com os princípios de criar técnicas de produção agrícola universais que poderiam ser usados de forma global para a maximização da produção, menores custos e maior rentabilidade com a utilização de agrotóxicos, insumos e sementes com melhoramento genético para a elevação da produção agrícola do mundo (BIANCHINI; MEDAETS, 2013).

O rápido crescimento da produção no Brasil com a Revolução Verde aumentou a estocagem de alimentos. O excesso na produção foi incorporado pela indústria alimentícia para a produção de alimentos processados e ultra processados (ABRANDH, 2010).

No Brasil, os hábitos alimentares foram se moldando a partir dos diferentes povos que viveram e vivem em seu território (MACIEL, 2004), estes se modificaram abruptamente após a Revolução Verde, houve a redução na compra dos alimentos tradicionais e o aumento expressivo no consumo de alimentos industrializados (BLEIL, 1998). Entre 1974-75 e 2002-03 houve uma diminuição do consumo do arroz (23%), o feijão (31%) e tubérculos (32%) e o crescimento do consumo de biscoitos (400%), refrigerantes (400%) e refeições prontas (82%) (CONSEA, 2010).

A revolução verde, além de modificar os hábitos alimentares aumentou a concentração de renda e fundiária, o excedente de produção não resolveu o problema da fome no Brasil, sendo absorvido pela indústria. Com isso diversos movimentos sociais começaram a se organizar por entender que a alimentação é um direito e uma obrigação do Estado, assim como os meios de produção dos mesmos. Os acampamentos rurais são a principal tática de confronto ideológico contra o atual sistema de produção e uma forma de pressão política por reformas e políticas públicas por reforma agrária, soberania¹ e segurança alimentar.

3.3. Segurança Alimentar¹

Por causa dos impactos da Revolução Verde e os problemas da fome, a partir da década de 1980 iniciou um movimento forte na luta por políticas públicas de segurança alimentar. Em 1996 houve em Roma, a Cúpula Mundial da Alimentação, organizada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) que definiu segurança alimentar como “garantir a todos acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer as outras necessidades essenciais”.

No Brasil, a partir da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) foi reafirmado com a sua Lei Orgânica e

[...] consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Quando se fala sobre a falta desse direito, a fome e a subnutrição são as mais graves manifestações da situação de insegurança alimentar, comprometendo a qualidade de vida das gerações futuras e por isso a necessidade de políticas públicas que promovam a SAN.

A insegurança alimentar tem-se manifestado principalmente pela dificuldade do acesso aos alimentos, devido a indisponibilidade de renda, pelo desemprego, baixas remunerações e pela impossibilidade do acesso aos meios de produção agrícola. A agricultura familiar é uma possibilidade de superação a partir do autoconsumo de alimentos, onde o agricultor possa plantar aquilo que ele necessita para sua alimentação adequada.

Outros fatores além da renda também são determinantes para a superação dos problemas de insegurança alimentar, como o acesso a terra, a água, energia elétrica, a moradia, condições de solo e climáticas favoráveis. O modelo adotado pela Revolução Verde intensificou o contrário, a concentração tanto de renda no campo e fundiária.

O preço dos legumes, frutas e verduras e de carnes apresentam um fator determinante para a restrição do consumo de alimentos de forma variada e saudável, nutricionalmente comprometendo assim o fornecimento de vitaminas, sais minerais e proteínas (DOMBEK, 2006).

Segundo Carmo (1994), as mudanças ocorridas nos últimos 50 anos no processo de transformação dos alimentos, tem ocasionado inúmeras doenças ou restrições no acesso aos alimentos. Observa-se a intensa dependência de elementos químicos na produção e na indústria de alimentos, uma maior quantidade de gordura animal, sal, açúcares, assim como a redução principalmente nos estratos mais pobres da sociedade do número de fibras, minerais, proteínas, carboidratos complexos e óleos vegetais.

A necessidade de políticas públicas de acesso alimentar tornaram-se permanentes vista a continua geração de desigualdades do mundo capitalista, por meio de ações e programas de característica compensatórias estruturantes² e assistências. Deve ser permanentes para assegurar o direito à alimentação, mas provisórias no que se refere ao seu tempo, sendo necessária um conjunto de outras políticas públicas para assegurar que estas famílias não tenham mais a necessidade de utilizadas. Políticas públicas que permitam ou façam a redistribuição de renda e riqueza, geração de emprego com salários dignos, desconcentração fundiária garantiriam a saída das famílias beneficiadas por políticas compensatórias e emergenciais de acesso a alimentação.

4. Acampamentos rurais

A partir da década de 1980 e mais intensamente a partir da década de 1990, a reforma agrária ganhou força no Brasil por causa do apoio popular contra o agronegócio dos grandes latifúndios e pelo seu nível de organicidade através dos acampamentos, estes, organizados por movimentos sociais do campo, principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST)³.

Os acampamentos são a principal forma de resistência do movimento na luta pela reforma agrária, cada acampamento tem sua particularidade em suas ações e suas estratégias de luta pela terra, além disso, cada acampamento é um lugar que representa um conflito de interesses e de classe a partir do embate político e ideológico. É um lugar que constrói a identidade dos acampados na luta pela terra, um espaço físico de extrema troca de vivências.

Os acampamentos rurais são

[...] espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização dos sem-terra e trazem em si os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações (FERNANDES, 1993 apud FELICIANO, 2006, p. 109).

Nesse sentido, o Acampamento se constitui também no que Heidrich (2004) denomina de “forma espacial”. Essa forma espacial é muitas das vezes expressa em sua paisagem a luta pelo direito de acesso à terra e se organiza através da coletividade de forma mais concreta e unificada do que nos assentamentos. Isso porque os caminhos dos acampados e sua unidade levam a uma só direção: a conquista da terra. Isso porque os interesses convergem em uma só direção: a conquista da terra.

O acampamento pode ser concebido como um estágio no processo de construção de um território de esperança por uma vida mais digna. Para Moreira (2006) o acampamento significa uma inversão de valores em um território, do latifúndio marcado pela exploração e subordinação capitalista para a construção de um território baseado na solidariedade e companheirismo que garanta a produção de alimentos para o sustento, garantindo sua autonomia camponesa e a soberania alimentar frente o mercado do agronegócio, que visa o lucro. Por isso, os acampamentos rurais são mais que um amontoado de barracos de palha na beira da rodovia, é uma expressiva forma de resistência ao modelo do agronegócio e ao capitalismo, pautando desde a sua formação a reforma agrária.

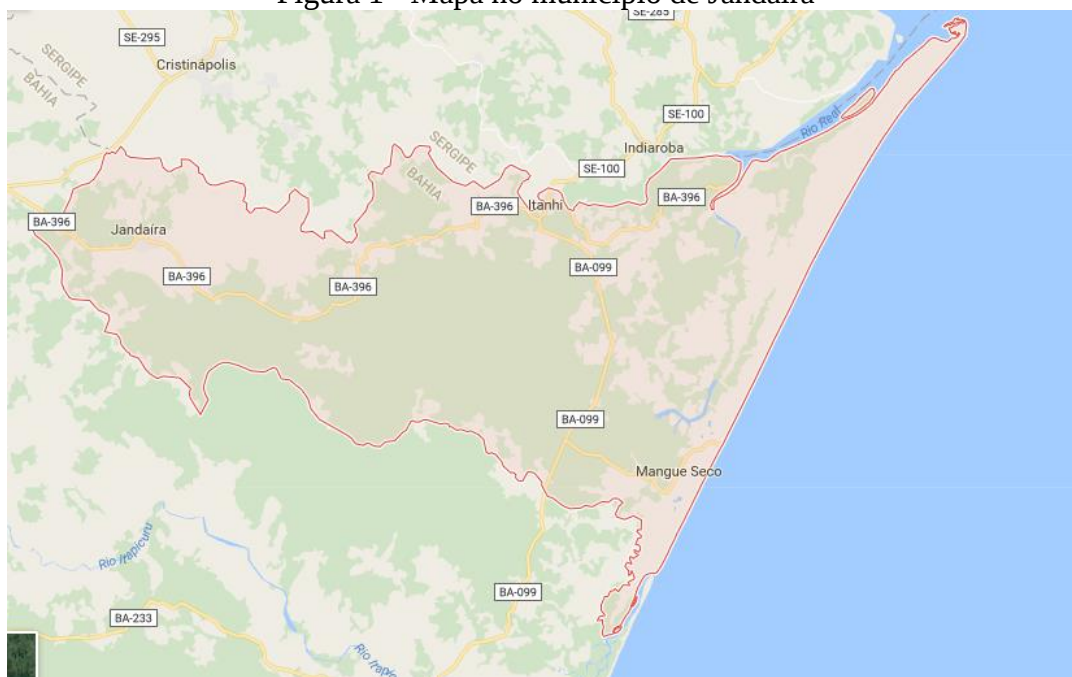
5. Acampamento Valdir Macedo

5.1. Histórico

O Acampamento Valdir Macedo teve seu início com a ocupação de terra pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST). O Acampamento se

localiza da faixa de terra entre a rodovia BA-099 (Linha Verde) e a Fazenda Cambuí onde eles ainda a reivindicam, no município de Jandaíra (figura 1). O local fica a três quilômetros do povoado de Cachoeira de Itanhi na divisa dos estados da Bahia e Sergipe, na microrregião de Entre Rios, no Estado da Bahia.

Figura 1 - Mapa no município de Jandaíra



Fonte: Google Maps (2017)

Inspirados nas experiências de ocupações dos acampamentos e assentamentos do município vizinho, Indiaroba e coordenados pelo MST de Sergipe, se iniciou o trabalho de base da Frente de Massa do movimento na região, que mostraram a ocupação como alternativa de melhoria de renda e também como modo de subsistência com a aquisição e loteamento da Fazenda Cambuí, que está abandonada, não exercendo sua função social.

No dia 08 de fevereiro de 2013, cerca de 120 famílias saíram do Povoado de Cachoeira de Itanhi em marcha rumo a faixa de terra entre a rodovia e a Fazenda Cambuí, onde ocuparam e montaram o acampamento e permanecem até hoje.

O início da construção do acampamento se deu com a limpeza coletiva da faixa de terra, segundo o relato de uma das acampadas

[...] nós limpamos essa terra toda, tiramos cacos de vidro e o lixo que estava aqui, inclusive achamos ossos de pessoas, era um lugar muito violento o povo matava gente e jogava o corpo aqui, isso só parou quando a gente veio pra cá e levantamos o acampamento (D.M.).

Após a limpeza foram construídos os barracos e os espaços utilizando madeira e as palhas secas do dendezeiro (*Elaies guineensis*) ao invés das tradicionais lonas de plástico, devido ao custo da lona e também por ser menos quente.

Atualmente, depois de quatro anos seus ocupantes ainda estão acampados e lutam para o processo de assentamento, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do estado de Sergipe, que é responsável pela região. Com o processo de luta e desgaste, o número de famílias diminuiu, hoje 68 famílias ainda permanecem no acampamento.

5.2. O Acampamento

5.2.1. Estrutura

O Acampamento Valdir Macedo por estar localizado em uma faixa de terra pequena entre a rodovia e a Fazenda Cambuí, sua estrutura e produção são reduzidas. Os barracos foram construídos em duas grandes fileiras, com pequenos lotes onde cada família mora e produz, nas duas extremidades do acampamento há cancelas para o controle e entrada de pessoas durante a noite para a segurança dos acampados.

Além dos barracos onde as pessoas moram, existem também as estruturas de espaço coletivo, como o barracão principal onde são feitos espaços de formação e as reuniões diárias dos acampados, o barracão da coordenação, onde são feitas reuniões mais formais do movimento com as direções, o campo de futebol e a biblioteca.

O acampamento não possui energia elétrica e nem água encanada, a iluminação é feita por meio de lanternas e a candeia- feitas de latas de produtos industrializados, madeira e um pavio encerado, abastecido com querosene- a água para o consumo é retirada em um poço comunitário do povoado de Cachoeira de Itanhi por meio de baldes que são transportados na cabeça principalmente pelas mulheres, a água para a limpeza e para lavar a louça é captada em um lago próximo ao acampamento ou no Rio Real, o banho e a lavagem de roupas também é feita nos mesmos.

Os barracos são feitos de madeira e palha seca do dendezeiro, o chão é de terra batida e geralmente tem de dois a quatro cômodos, com quartos, sala e dispensa. Os fogões a lenha ficam do lado de fora dos barracos em varandas, eles são feitos com barro e uma estrutura de metal para o apoio das panelas. O banheiro fica do lado de fora e é pouco utilizado devido à necessidade de buscar a água do lago ou do rio para seu uso, por isso geralmente é perto do rio ou do lado que fazem suas necessidades e aproveitam para tomar banho ou lavar roupa. Os

pequenos lotes podem ou não serem cercados, depende da necessidade do acampado, é mais comum a utilização de cercas de bambus quando há a criação de animais de pequeno porte ou para proteger sua pequena plantação.

O MST tem como um dos seus princípios a coletividade, por entender que os problemas não são individuais e que as soluções têm que ser buscadas em coletivo. Por isso, depois de um ano e meio de acampamento, pela as demandas dos próprios acampados, foi construída e inaugurada a Biblioteca Dona Maurina (Figura 2), o nome foi em homenagem a uma lutadora que decidiu sua vida pela educação igualitária e lutas sócias na região de Entre Rios. A biblioteca foi construída pelos moradores de forma coletiva, todos os acampados ajudaram na extração da madeira e das palhas, com a construção das estantes e ornamentação da biblioteca, os livros foram doações da comunidade, das pastorais e da Editora Expressão Popular. A biblioteca tem o objetivo auxiliar na formação de seus militantes fortalecendo a luta do MST e também no auxílio do ensino escolar.

Figura 2 - Biblioteca Dona Maurina



Fonte: Arquivo Pessoal (2016)

5.2.2. Economia

Como o espaço de plantio no acampamento é reduzido, sua produção é apenas para o autoconsumo de alimentos e sua renda vem do extrativismo de coleta, da prestação de serviços no povoado e região, do artesanato ou aposentadorias. Os programas sociais do Governo Federal também são usados como complemento da renda, principalmente por meio do programa Bolsa Família e de cestas básicas do INCRA.

O Rio Real é onde grande parte tira seu sustento, com a utilização de redes para a pesca de peixes, os covos para a captura de camarões, a coleta de caranguejos e siris nos

mangues e também com a pesca de mariscos. Estes produtos são vendidos informalmente no povoado tanto para seus moradores como para os restaurantes e turistas.

O artesanato feito pelos acampados é feito com produtos coletados nas matas próximas ao acampamento, são produzidos colares e pulseiras com sementes e pedras da região. Outro tipo de artesanato produzido é são os covos, estruturas feitas com a fibra da palha do dendezeiro trançados com cipó e também as arapucas para a captura de passarinhos. Estes artesanatos são vendidos tanto para os acampados como para pescadores e moradores do povoado.

Alguns acampados trabalham em empregos formais nas fazendas próximas do acampamento, auxiliando na produção ou como caseiro. Outra alternativa é o trabalho nas empresas pesqueiras da região, estes geralmente pescam durante a semana em alto mar e voltam para o acampamento nos finais de semana, esse tipo de serviço geralmente é feito pelos jovens do acampamento.

Dentre as famílias entrevistadas, os tipos de renda são caracterizados por um ou mais tipos de atividade ou programa social, dentre elas podemos destacar, artesanato (25%), aposentadoria (25%), prestação de serviços (16,7%), servidor público (8,4%), extrativismo de coleta (50%), Bolsa Família (91,6%).

5.2.3. O Cotidiano

Como relata um dos acampados

[...] viver no acampamento é bom e ruim, é doce e amargo, bom por que aqui a gente vive feliz todo mundo se ajudando, ruim porque a luta não é fácil, tem muito tempo que a gente ta aqui sem poder plantar na terra, fazer nosso roçado, doce porque a gente sabe que um dia vamos ganhar a terra e vamos ter um futuro melhor, amargo porque muita gente tem preconceito, acha que a gente é vagabundo, que a gente não trabalha, mas a gente vai levando sabendo que com muita luta tudo mais melhorar (J.P.).

Cada família tem sua peculiaridade, seus costumes e modos de viver, cada uma veio de uma realidade diferente, porém todas têm o mesmo objetivo, a conquista da terra através da luta diária. Com a vida em coletividade, há a necessidade de estabelecer regras e diretrizes para a boa convivência, estas estabelecidas pelo próprio movimento junto com os acampados.

De modo geral, o modo de vida dos acampados se semelha ao cotidiano da roça, durante o dia fazem suas atividades domésticas e de trabalho. Dentre os trabalhos domésticos mais comuns estão o preparo da comida, a captação da água do rio, o cultivo da produção nos quintais para o autoconsumo.

As atividades de trabalho podem ser tanto individuais como as coletivas, as individuais são aquelas para buscar uma alternativa de renda para a família, as coletivas são os

trabalhos feitos por todos do acampamento nos espaços coletivos, como a troca de palhas dos barracões coletivos, a limpeza do acampamento, a vigia, a realização de espaços de formação e eventos culturais, os trabalhos coletivos são decididos e organizados na “Chamada”

Todos os dias às 18 horas, representantes de todas as famílias se reúnem no barracão principal para a “Chamada” que consiste em uma reunião dirigida pelo Coordenador do acampamento iniciada com o Hino do MST, seguido do grito de ordem “Pátria livre, venceremos!”, então é iniciado os informes de eventos, reuniões e tarefas coletivas a serem realizadas dentro e fora do acampamento e também para tirar dúvidas, expor problemas e reclamações, logo depois dos informes começa a chamada para averiguar se todos os representantes estão presentes na reunião e logo após é informado os grupos do dia para a vigia do acampamento

A vigia é uma forma de segurança do acampamento, as famílias são divididas em oito grupos onde cada dia um grupo cumpre a tarefa. O grupo geralmente se subdivide em dois grupos para contemplar as duas cancelas que ficam nas extremidades do acampamento, a vigia começa às 22 horas e termina às 4 horas.

O dominó é a principal diversão do acampamento, após a “Chamada” é servido o jantar e os acampados logo após se reúnem para jogar durante a noite nas varandas de alguns barracos, tomando café e cachaça.

5.3. Hábitos alimentares do Acampamento Valdir Macedo

A alimentação dos acampados tem uma relação íntima com seu estilo de vida e o contexto em que vivem. As influências das culinárias sertaneja, sergipana, baiana e indígena estão presentes nos sabores e nas técnicas de preparação dos alimentos, adaptadas ou inseridas na realidade dos acampados.

O café da manhã é uma das principais refeições do dia, assim como para os outros agricultores, há a necessidade de alimentos de maior tempo de digestão para o trabalho do cotidiano. O cuscuz de milho é o principal alimento da refeição, geralmente acompanhado de café, margarina, ovos ou carne de sol. O cuscuz também por ser substituído pela mandioca ou a abóbora.

O almoço, que tem um intervalo maior de tempo por causa das atividades do acampamento começarem muito cedo, é composto pelo feijão, a farinha de mandioca e uma proteína, geralmente peixes, mariscos, aratus ou gaiamuns, pode-se ainda haver outro tipo de carboidrato como a mandioca cozida ou arroz.

O jantar é servido após a “Chamada”, composto por cuscuz acompanhado de manteiga, café e ovos ou feijão, farinha de mandioca e uma proteína.

No intervalo das refeições são consumidas frutas tanto produzidas no acampamento ou colhidas na mata. O consumo de verduras, legumes e hortaliças é reduzido ou inexistente, devido elas, segundo os acampados “não encherem a barriga”.

Os hábitos alimentares dos acampados estão intimamente relacionados com o local onde eles estão inseridos, por isso podemos considerar quatro meios de acesso ao alimento que vão determinar o seu consumo, que são: extrativismo de coleta; o autoconsumo; alimentos comprados e políticas públicas de acesso à alimentação.

5.3.1. Extrativismo de Coleta

O extrativismo de coleta é o método utilizado de extração de produtos de origem animal ou vegetal de forma sustentável e “supõe a preservação da natureza originária, dado que é a produtora, no exercício de suas funções reprodutivas, dos valores-de-uso, que, como um fluxo, são colhidos por ação imediato trabalho do extrator” (SAHLINS, 1970, p. 119).

Além de ser uma fonte de renda com a venda de peixes, caranguejos, siris, mariscos, cocos entre outros, também é uma das principais formas de acesso a alimentação, principalmente de carnes. O acampamento fica localizado próximo ao Rio Real e de seus mangues, o extrativismo animal acontece através da pesca com redes, varas de bambu, “covos”, com as mãos ou armas de fogo. O extrativismo vegetal é feito com a utilização de facões ou com a mão.

Dentro do Rio Real é que se encontra a maior quantidade de peixes, o consumo mais comum entre os peixes são o “sucuiuiu”, a moreia, o acari, o piaui, a xira, a traíra e o gonê. Após a pesca, os peixes são levados para o acampamento, eles são abertos e seus órgãos internos retirados e descartados, depois é colocado em uma tigela com cinzas onde são descamados e depois lavados com água, esse método de limpeza do peixe é usado para a economia da água que seria usada nesse processo. Com os peixes limpos eles podem ser feitos na hora para a alimentação do dia ou é colocados em uma cama de sal para a sua conservação. Os principais pratos feitos com peixe são: peixe salgado acompanhado de arroz (geralmente sem sal para acompanhar que não é dessalgado devido a dificuldade do acesso a água); peixe empanado no fubá de milho frito; peixe ao molho de extrato de tomate acompanhado de feijão e farinha de mandioca.

Os camarões são coletados através dos “covos”, comumente conhecidos como gaiolas, são feitos com uma estrutura de fibra da palha do dendezeiro trançados com cipó, no interior dos covos é colocado o fruto do dendezeiro e estes são colocados em buracos no fundo do rio com uma pedra sob o covo para ele não flutue, no dia seguinte o covo é retirado e os camarões são levados para o acampamento, onde são consumidos ou torrados. Os pitus não são consumidos pelos acampados devido ao seu alto valor comercial, são comercializados no povoado. Os principais pratos são: camarões torrados como petisco, caruru, camarões ao molho de extrato acompanhado de feijão e farinha de mandioca.

O aratu, caranguejo típico da região e os siris são catados com as mãos nos manguezais próximos ao povoado, no lado de Sergipe da divisa. O Gaiamum, caranguejo de terra, é capturado com o auxílio de uma gaiola de cano PVC e madeira. No acampamento são cozidos em água e sal e consumidos no mesmo dia, o gaiamum também pode ser criados depois de pegos em gaiolas de madeira e tela de metal, sendo alimentados com dendê para serem consumidos em um maior intervalo de tempo. Os sanabis e ostras são coletadas pelos marisqueiros no mar e seu excedente é levado para o acampamento, preparados na forma de ensopado.

Apesar da ilegalidade, animais como jacarés, tatus e teiús são consumidos pelos acampados e também no povoado, eles são preparado na forma de ensopado ou farofas. Outra iguaria apreciada pelos idosos do acampamento é o saruê, conhecido também como gambá-de-orelha-preta, onde é preparado um ensopado acompanhado de farinha de mandioca.

A maior parte do extrativismo vegetal é para o uso no artesanato ou na construção e reforma dos barracos, os alimentos que são retirados das matas para o consumo em sua maioria são frutas típicas da região como a mangaba, caju, umbu, cajá, pitanga, graviola, siriguela, tamarindo, carambola, manga, araçá, jenipapo e também alguns tipos de coco, geralmente consumidas *in natura*.

5.3.2. Autoconsumo

O autoconsumo pode ser definido como o plantio do alimento não somente para a sua subsistência, mas que no caso do acampamento, é uma forma de troca com outros produtos dos acampados ou da região.

A produção doméstica não é descrita exatamente como produção para uso; isto é, para consumo direto. As famílias também podem produzir para a troca, assim conseguindo indiretamente o que precisam. Ainda é o que eles precisam que governa a produção e não o lucro que possam ter. O interesse na troca permanece como um interesse de consumo e não como um interesse capitalista (SAHLINS, 1970, p. 119).

Além disso, é uma importante ferramenta para a manutenção do acampado na terra, é a partir dela que se começa a utilizar das técnicas de plantio que serão melhor adquiridas com a conquista da terra.

[...] o autoconsumo é uma forma de produção que respeita as preferências alimentares das comunidades locais, suas práticas de preparo e consumo, e serve como um instrumento de preservação da cultura, dada que muitas destas práticas são passadas de pais para filhos, em consonância com as condições socioambientais e a própria história local (GRISA; SCHNEIDER, 2009, p. 489).

No acampamento Valdir Macedo, o autoconsumo de alimentos é uma forma complementar de acesso a alimentação, devido a falta de espaço, já que eles se encontram em uma pequena faixa de terra, a dificuldade de acesso à água e a falta de assistência técnica.

Os principais produtos de origem vegetal encontrados nas produções do acampamento são a mandioca, o milho, a abóbora pescoço, a banana e o mamão. Entre os produtos de origem animal, o gaiamum e galinhas. Dentre as famílias entrevistadas podemos observar que há um número reduzido de produção dentro do acampamento, mandioca (25%), milho (25%), abóbora pescoço (16,7%), mamão (33,4%), banana (33,4%), galinhas (16,7%), gaiamuns (16,7%).

As frutas são consumidas *in natura*, a única fruta também cozida é a banana, a abóbora é consumida no café da manhã acompanhado do café. O milho plantado no acampamento é assado ou cozido e servido no jantar.

A mandioca é o produto com maior produção no acampamento, devido a aspectos culturais e pela sua resistência a falta de água. A mandioca ela é consumida cozida e principalmente na forma de farinha. A produção de mandioca para farinha é descascada, colocada em baldes e levadas a pé para o povoado, onde utilizam a Casa de Farinha que é cedida por uma das moradoras do povoado para a utilização dos acampados. A mandioca cozida com manteiga e café é servido no café da manhã, a farinha de mandioca é servida como acompanhamento de quase todas as refeições.

5.3.3. Alimentos adquiridos em mercados

A alimentação dos acampados adquiridas através do extrativismo de coleta e do autoconsumo não são o suficiente para sua alimentação diária, por isso a compra de alimentos nos mercados do povoado se faz necessária.

O cuscuz de milho, o café, o feijão e a farinha de mandioca são os principais itens da alimentação dos acampados. Cuscuz, café e feijão não são produzidos no acampamento e são adquiridos principalmente nos mercados, a farinha de mandioca produzida no acampamento

é adquirida parcialmente, principalmente por aqueles que ainda não plantaram a mandioca em seus lotes. Outros produtos como extrato de tomate, salsichas, pães, cebola, alho, sal, açúcar, farinha de milho e arroz também são adquiridos totalmente pela compra.

5.3.3. Políticas públicas de acesso à alimentação

As políticas públicas que podem ser encontradas no acampamento são políticas compensatórias estruturais, com o fornecimento regular de gêneros alimentícios através da inscrição na Lista de acampados em vulnerabilidade alimentar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio de cestas básicas mensalmente. Todas as famílias entrevistadas estão cadastradas na lista e relatam que tem diminuído a quantidade de cestas para o acampamento assim como a sua periodicidade.

As cestas são divididas entre as famílias levando em consideração o número de adultos de cada família e o número de crianças, as famílias com mais crianças recebem uma maior quantidade de leite em pó na divisão do acampamento.

Segundo dados do INCRA Sergipe, as cestas básicas são compostas por: arroz LF-T2 (10,0 kg), feijão cores T/2 (3,0 kg), flocos de milho (1,0 kg), farinha de mandioca T/2 (2,0 kg), óleo de soja (2,0 lts), açúcar cristal (2,0 kg), macarrão comum espaguetti (1,0 kg), leite em pó integral (1,0 Kg).

6. Conclusão

A pesquisa sobre os hábitos alimentares no Acampamento Valdir Macedo permitiu que várias indagações sobre o tema fossem elucidadas a respeito de suas práticas. A observação e a vivência no cotidiano dos acampados proporcionaram uma intensa troca de saberes e uma profunda imersão sobre os hábitos alimentares das famílias que ali vivem.

As particularidades de cada família de acampados, de onde vieram, sua cultura e seus saberes são visíveis e fazem parte da complexa relação que cada uma tem com o acampamento. A vida em coletividade, forjada na luta para conquista da terra é o principal motivo de permanência dos acampados.

Os hábitos alimentares dos acampados mostram sua dificuldade não só no acesso a alimentação, mas também a água potável, fatores determinantes para a sobrevivência. Sua alimentação limitada e pouco variada sendo o milho, a farinha e o feijão seus principais ingredientes fornecem minimamente condições de sobrevivência, o pouco uso de verduras e hortaliças prejudica o fornecimento de vitaminas e sais minerais importantes para a saúde. Os

métodos rudimentares de conservação, manipulação e a qualidade dos insumos associados à escassez de alimentos determinam sua situação de insegurança alimentar.

As condições precárias do acampamento são reflexos dos impactos da Revolução Verde no Brasil, que visa o lucro ao invés do acesso à alimentação. A Revolução Verde foi um dos principais promotores da industrialização dos alimentos e também na concentração de terra, expulsando grande parte dos pequenos agricultores por não conseguirem competir com os latifundiários ou determinando aquilo que eles plantam. O agronegócio além de prejudicar hábitos alimentares saudáveis, impossibilita uma ampla reforma da estrutura fundiária no Brasil.

O êxodo rural impulsionado por esse modelo de produção agrícola foi um fator determinante para a formação das favelas visto que os agricultores não tinham escolaridade o suficiente para concorrer com os moradores da zona urbana devido à precarização do ensino no meio rural ou não de adequaram as profissões e a vida urbana. O MST teve papel fundamental na construção de novos valores e no trabalho de base com os moradores das grandes periferias urbanas. Os acampados em sua maioria foram moradores das zonas urbanas mais pobres e se organizaram nos movimentos sociais em busca de melhorias de vida com a conquista da terra. O acampamento é visto como uma última opção para uma mudança real de vida e renda.

A esperança é um dos motivos de permanência nos acampamentos, a situação de insegurança alimentar na zona urbana onde viviam são semelhantes as condições atuais pelos acampados visto a falta de políticas públicas concretas e que possibilitam o acesso à alimentação saudável tanto no campo quando na cidade.

As políticas públicas têm um papel fundamental na construção de um novo modelo de produção agrícola e de segurança alimentar, não somente dos acampados mas também de toda a sociedade da região que se beneficiaria dos alimentos produzidos nas terras que atualmente se encontram abandonadas.

Uma ampla reforma agrária é vista como uma alternativa viável e sustentável para a produção de alimentos, não somente para o Acampamento Valdir Macedo mas também para todos os outros acampados que reivindicam a terra. A reforma agrária deve ser associada a investimentos em infraestrutura e assistência técnica que garantam não somente a terra, a produção de alimentos saudáveis e agroecológicos.

A Fazenda Cambuí tem uma grande potencialidade agrícola que não é utilizada, sua desapropriação se faz necessária para garantir que sua terra produza. O Acampamento Valdir

Macedo que a reivindica seria seu maior beneficiário. A conquista dessa terra garantiria melhores hábitos alimentares para os acampados e melhores condições higiênico-sanitárias com o acesso a água de qualidade e a energia elétrica. Além disso, proporcionaria uma maior variabilidade em sua alimentação e o aumento da renda através da venda da produção excedente. Garantir o acesso a terra é garantir a segurança alimentar dos acampados, suas preferências, suas tradições culinárias e condições mais humanas de vida.

7. Referências

- ABRANDH. **O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2010.
- BIANCHINI, V.; MEDAETS, JPP. **Da revolução verde à agroecologia: plano Brasil agroecológico**. 2013.
- BLEIL, Susana Inez. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. **Cadernos de Debate**, v. 6, n. 1, p. 1-25, 1998.
- BRASIL. **Estudos avançados**, v. 9, n. 24, p. 159-172, 1995.
- CARMO, Maristela Simões do. **Reestruturação do sistema agroalimentar no Brasil: a diversificação da demanda e a flexibilidade da oferta**. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- CONSEA. **Segurança alimenta e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil**. 2010
- CUNHA, A. R. A. et al. **Políticas locais de acesso alimentar**: entre a regulação e as políticas compensatórias. Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização. Campinas, IE-Unicamp e CPDA-UFRRJ, 2000.
- DOMBEK, Luiz Antonio. **Autoconsumo e segurança alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas, SP, 2006.
- FREITAS, M. C. S., PENA, P. G. L., FONTES, G. A. V., & SILVA, D. O. (2011). Hábitos alimentares e os sentidos do comer. In R. W. Diez-Garcia, A. M Cervato-Mancuso & H. Vannucchi (Eds.). **Nutrição e metabolismo: mudanças alimentares e educação nutricional** (pp. 35-42). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- GERHARDT, Tatiana Engel et al. **Métodos de pesquisa**. [Organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil–UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica–Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Plantar pro gasto: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.
- HEIDRICH, A. L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A.. (Org.). **Território e desenvolvimento**. 3ª ed. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005, V. único, p. 37-66.

- HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estud. Av.** [online]. 1995, v. 9, n.24, pp.159-172.
- KOTAIT, M. S., BARILLARI, M. L., & CONTI, M. A. (2010). **Escala de avaliação de comportamento alimentar**. In T. A. CORDAS, A.T. KACHINI, Nutrição e Psiquiatria (pp. 59-76). Porto Alegre: Artmed.
- MACIEL, Maria Eunice. **Uma cozinha à brasileira**. Revista Estudos Históricos, v. 1, n. 33, p. 25-39, 2004.
- MALUF, Renato S; MENEZES, Francisco e MARQUES, Susana Bleil. **Caderno de Segurança Alimentar**, sd.
- MALUF, Renato S; REIS, Márcio C. Módulo 2: **Manifestação de insegurança alimentar, roteiro de aula, curso conceitos e princípios em segurança alimentar**. REDECAPA, 2005a.
- MOREIRA, R. C. M.; COSTA, T. M. B. A complexidade e as nuances do comportamento alimentar. In S. S. ALMEIDA, T. M. B COSTA, M. F. LAUS; G. Straatmann. **Psicologia do comportamento alimentar**. Rio de Janeiro: Rubio, 2013.
- MOREIRA, Emilia. **Territórios de esperança**. João Pessoa: Projeto de Pesquisa. CNPq, 2006.
- MOVIMENTO, DOSTRSEM. **MST–Lutas e conquistas**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010.
- MURRIETA, R. S. S. O dilema do papa-chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na ilha de Itaquí, baixo Amazonas, Pará. São Paulo, **Revista de Antropologia**, Vol.41, n.1, 1998.
- RAMOS, M., & STEIN, L. M. (2000). Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. **Jornal de Pediatria**, 76 (Supl. 3), 229-237.
- SAHLINS, M. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Ernandez. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao estado: uma análise em perspectiva comparada. **Dados**, v. 51, n. 1, p. 107-42, 2008.
- VIA CAMPESINA. **NGO Forum Declaration in the World Food Summit of FAO (Rome+5)**. Roma, 2002.
- VENDRAMINI, Célia Regina; RUMMERT, Sonia Maria. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) na atualidade: luta, organização e educação. **Perspectiva**, v. 26, n. 1, p. 275-280, 2009.